

Cidade

Ministério Público mapeia locais de maior envolvimento de adolescentes com o tráfico de drogas

SÁBADO, 14 JAN 2017



Ricardo Brainer Zampieri, promotor da Vara da Infância e Juventude de Bragança Paulista, tem 11 anos de carreira e está desde 2013 no município

FOTO DE TÁRCIO CACOSS/BJD

Um levantamento inédito da Vara da Infância e Juventude de Bragança Paulista, liderado pelo promotor Ricardo Brainer Zampieri, aponta uma série de dados referentes aos adolescentes no tráfico de entorpecentes, como os locais de maior incidência, faixa etária, tipo e quantidade de drogas.

Os gráficos fornecidos à reportagem do BJD pelo Ministério Público, de acordo com informações dos boletins de ocorrência, mostram que 103 adolescentes foram apreendidos por tráfico de entorpecentes no município em 2016.

A maioria deles (43%) tem 16 anos. O crack é o líder disparado entre os tipos de drogas

apreendidas, com 57,9%, seguido de cocaína (28,7%), maconha (13%) e outras drogas (0,4%). Os locais de maior incidência são a Rua Bela Vista, no Bairro do Cruzeiro, onde ocorreram 9,8% dos casos de tráfico com adolescentes, e a Rua Vereador Vicente Talamínio, no Conjunto Habitacional Saada Nader Abi Chedid, com 8,8%.

De acordo com o promotor, o objetivo do levantamento é oferecer subsídios à Prefeitura Municipal para implementar políticas públicas nos locais de maior incidência do tráfico. “Tem algo errado nesses locais. Não dá para trabalhar só com o lado repressivo, senão vira um trabalho de ‘enxugar gelo’. Precisa ser feito um trabalho preventivo.

O poder público precisa entrar nesses bairros e ver o que está acontecendo com esses meninos, que são facilmente cooptados pelos traficantes. A partir desses dados, foi instaurado um inquérito civil contra o município visando que, através de suas secretarias de Ação e Desenvolvimento Social, Esportes e Educação, promova políticas públicas que atendam esses jovens antes de chegarem ao tráfico”, diz.

Uma reunião com membros do Executivo está sendo preparada, segundo o promotor, para discutir essas ações. “Quero que juntos possamos identificar o que falta em cada bairro, porque cada local tem uma necessidade diferente, para pensarmos e discutirmos um prazo para a Prefeitura inserir equipamentos municipais nesses locais. O inquérito civil é um instrumento em que reunimos provas para embasar uma ação civil pública.

Mas nossa ideia não é chegar ao ponto de levar o caso à Justiça e sim trabalhar em parceria com o município, porque certamente o interesse do Ministério Público e da Prefeitura é o mesmo, ou seja, o bem estar desses jovens”, declara Zampieri.

REINCIDÊNCIA

Muitos casos de reincidência acontecem, de acordo com o promotor, pelo pouco tempo que os adolescentes ficam nas unidades de reinserção social. “Em Bragança Paulista, a Fundação Casa é diferenciada em relação ao estado e ainda mais ao país.

A unidade tem suas dificuldades, mas consegue atender de maneira adequada os adolescentes. Mas penso que se esses adolescentes ficassem mais tempo, poderíamos trabalhar melhor com eles e não teríamos um retorno para o sistema.

Há falta de vagas no estado todo e diante disso há uma movimentação na liberação que é muito breve, próxima do prazo mínimo, de seis meses (o prazo máximo é de três anos). Muitas vezes não há tempo hábil para a completa reeducação do jovem. Assim eles voltam cedo demais para os

mesmos ambientes problemáticos, sem escola de qualidade, educação, lazer, esporte etc. e retornam facilmente para o crime”, finaliza.